

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 9463, DE 2018

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2018

(Do Sr. Deputado Paulão)

Solicita realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 9.463/2017, que trata da privatização da Eletrobras e da CHESF, no Estado de Alagoas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública para debater a proposta de privatização da Eletrobras e suas empresa controladas, e outras medidas importantes propostas no PL 9.463/2018.

Para a audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Dr. Luiz Pinguelli Rosa, ex-presidente da Eletrobras;
- Sr. Fernando Coelho Filho – Ministro de Minas e Energia;
- Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- Eng. Mozart Bandeira Arnaud – ex-Presidente da CHESF
- Sr. Raimundo Lucena – Presidente da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE);
- Sr. Nestor Silva Powell – Presidente do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas;
- Sr. Carlos Mariz – ex-Diretor da CHESF e da Eletronuclear.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 9.463/2018, que trata das condições para a privatização da Eletrobrás, pretende viabilizar uma privatização acelerada do grupo Eletrobrás, por meio da venda do controle acionário da União.

Essa medida, associada à Medida Provisória nº 814/2017 - que também tramita nesse Congresso Nacional – representa uma mudança total do marco regulatório dos governos Lula e Dilma, o qual proporcionou segurança energética e expansão dos parques de geração e transmissão.

A Eletrobrás é a principal empresa de geração e transmissão de energia do país: possui 31% da capacidade de geração, 47% das linhas de transmissão e 5,1% do fornecimento ao mercado consumidor no país. A União é o maior acionista, com 51% das ações ordinárias. Outros 13% estão com o BNDESPar, além de 7% que estão nas mãos do próprio BNDES. Para o setor privado, sobra cerca de 30% do total. Esses papéis estão divididos entre mais de 20 mil investidores nacionais e internacionais - entre pessoas físicas, empresas e fundos.

A empresa se transformou em um dos maiores agentes do setor elétrico brasileiro durante os governos de Lula e Dilma, tornando-se a garantidora de segurança energética do país. Diferentemente do “apagão” de 2001 no governo FHC, em 2013 e 2014 o sistema elétrico brasileiro sustentou a demanda por energia sem racionamento durante a maior crise hídrica em 50 anos, o que mostra o acerto do modelo implantado por Lula e Dilma nos anos anteriores, que deu segurança ao suprimento com redução de tarifas.

Essas propostas agora apresentadas pelo governo Temer representam basicamente tentativas de transferir os recursos energéticos nacionais para o mercado, com a consequente elevação do preço de energia. A adoção de um novo modelo, que privilegia o mercado livre de comercialização de energia e a privatização da principal estatal do setor elétrico, com a possibilidade de venda de ações na Bolsa de Valores, foi anunciada, segundo o MME, com o objetivo de dar mais “competitividade e agilidade” às operações da empresa, porém a principal motivação vista pelo setor é a expectativa de arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões com a operação.

A implantação do modelo elétrico mercantil, nos anos 1990, foi e continua sendo um fracasso de enormes proporções. Foi um dos maiores erros da nossa História. Esse modelo, em termos gerais, reduziu a confiabilidade do sistema elétrico, o que pode ser constatado, efetivamente, pelo apagão recorde em nível mundial. Em 2001, fruto do novo modelo, tivemos o maior racionamento energético da história mundial em tempos de paz, que forçou a redução de 25% do consumo anual brasileiro.

Um dos mais importantes aspectos levantados por trabalhadores do setor é o risco de precarização dos serviços de energia após a privatização da Eletrobras. Alguns estudos feitos pelo Dieese e pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) mostram que nenhuma das empresas que foram privatizadas melhorou a qualidade de prestação do serviço. Além disso, o custo chegou a subir 300% em algumas companhias, se compararmos com as tarifas das empresas públicas, conforme destacaram sindicatos de trabalhadores das empresas de energia elétrica.

Outra questão fundamental diz respeito ao rio São Francisco, conhecido como o "rio da integração nacional". A venda da Chesf, subsidiária do setor Eletrobrás, é o início da privatização do rio que sustenta boa parte da nação brasileira. Para a tristeza de todos os nordestinos, o governo temer anuncia a privatização de uma das maiores bacias hidrográficas do nosso país, em troca de uma proposta de "revitalização" sem discutir os impactos decorrentes dessa mercantilização dos nossos recursos naturais.

Considerando a perspectiva dessas mudanças regulatórias e seus impactos diretos para o sistema elétrico nacional, bem como o possível aumento tarifário resultante para os consumidores de energia elétrica, gostaria de esclarecimentos sobre a proposta de alterações no marco legal e discutir alternativas que possam ser mais adequadas para o setor e para os consumidores de energia elétrica em todo o país.

Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2018.

Deputado Federal Paulão
PT/AL